

Comissão tripartite recebe anteprojeto das Jornadas

No último dia 02, as Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro entregaram, em reunião da Comissão Tripartite que trata da revisão legislativa punitiva do aborto, uma minuta de anteprojeto de lei estabelecendo as condições e diretrizes para a interrupção voluntária da gravidez.

O objetivo das organizações feministas das Jornadas foi o de contribuir para o debate na Comissão. Neste sentido, o anteprojeto, que foi apresentado pela advogada Virgínia Feix, (Themis) “diferencia os interesses e as necessidades de uma vida completa e plena dos interesses de uma vida humana em potencial”.

O estudo das Jornadas considerou interesses e valores conflitantes, mas igualmente protegidos na Constituição, e atentou para a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez nos estabelecimentos do SUS, nas circunstâncias e prazos previstos no documento. O anteprojeto propõe ainda a revogação dos dispositivos do Código Penal que tipificam o aborto como crime, mantendo a criminalização do abortamento praticado sem o consentimento da mulher (artigo 125 do Código Penal).

Veja a íntegra da matéria na seção CONtextos.

AJUSTE FISCAL

Feministas protestam contra cortes em recursos destinados a creches

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em parceria com o MIEIB, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial de Mulheres, a Articulação de ONGs de Mulheres Negras e a Rede Amiga da Criança, estão convocando pessoas, organizações e redes a enviarem rapidamente um cartão virtual à Presidência da República e aos Ministérios da Educação, da Casa Civil e da Fazenda, em repúdio à decisão de excluir as creches do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb.

Segundo Denise Carreira, da coordenação da Campanha, a luta por uma Educação Infantil de qualidade pode sofrer grave derrota se o governo encaminhar ao Legislativo, na próxima terça (14), a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo, com uma importante alteração: as crianças de 0 a 3 anos não serão contempladas, o que impossibilita a expansão do sistema de atendimento e a melhoria da qualidade das creches previstas no Plano Nacional de Educação (PNE). A exclusão se deve, em grande parte, a pressão de governos estaduais.

Neste momento, a intenção da Campanha e das organizações é pressionar o Governo Federal a desistir desta decisão, antes que a proposta seja enviada ao Congresso. Para Denise Carreira, a PEC do Fundeb nasce sintonizada com o ajuste fiscal. “A exclusão das creches, a inexistência de um custo aluno-qualidade, a diminuição do percentual destinado aos profissionais de educação demonstram que a proposta do Fundo está longe de responder às necessidades do Plano”.

As creches são uma reivindicação antiga dos movimentos sociais, especialmente das mulheres. Para Carla Batista, da AMB, é preocupante que este segmento tenha sido excluído, sobretudo considerando que a luta por creches está presente desde a década de 70, e é uma das principais demandas de política pública atualmente. “As mulheres estão cada vez mais no mercado de trabalho e tanto elas quanto os homens têm o direito de saírem para trabalhar sabendo que seus filhos estão tendo acesso à educação com qualidade e segurança”.

Compromisso de campanha do presidente Lula, a Educação Infantil é um direito garantido a todas as crianças pela legislação do país. Para Geisa Andrade, coordenadora do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), integrante do comitê diretivo da Campanha Nacional, a nova PEC é um retrocesso na política de Educação Infantil e reflexo dos constantes cortes promovidos pelo governo na área social.

Para enviar um cartão, acesse www.campanhaeducacao.org.br.

Solidariedade a Católicas pelo Direito de Decidir

Em carta aberta divulgada dia 6, a integrante da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir, Alcilene Cavalcante denuncia o que considerou “a reação mais contundente dos setores conservadores da sociedade, em particular, da Igreja, enquanto instituição”, ocorrida em oficina sobre *Aborto: um tema em debate*, no final de maio.

Na oficina, foi preciso enfrentar “pessoas com o propósito explícito de não dialogar sobre as implicações da legislação punitiva do aborto mas, isto sim, de sabotar a atividade”. Além disso, o Arcebispo D. José Carlo de Melo, veiculou nota, no horário nobre da TV Globo local, desqualificando *Católicas pelo Direito de Decidir*, e o padre de uma paróquia de Bebedouro/Maceió ameaçou uma liderança de ficar dois meses sem comungar se participasse da oficina.

Para Alcilene, a reação não é algo específico da cidade, mas está presente em várias outras, inclusive de outros países. Além disso, é importante contextualizá-la, compreendê-la como repertório de uma articulação conservadora e autoritária que está em curso no mundo há pelo menos três décadas, que se expressa no âmbito político através do neoliberalismo, que impõe um pensamento único e, no plano religioso, através do papado de João Paulo II e, agora, no de seu sucessor, o Bento VI.

Católicas pelo Direito de Decidir continuarão atuando em defesa do princípio de Estado laico e dos direitos das mulheres. Contem conosco.

CONtextos

De acordo com Célia Vieira, economista e consultora do Cfemea, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, que está em discussão, dificultará em grande medida o cumprimento dos compromissos assumidos pelo atual governo, de enfrentamento das desigualdades sociais, de gênero e raça.

Segundo Célia, é “na LDO que a meta de Superávit Primário ganha força de lei.” Veja nos anexos desta edição a íntegra do artigo de Célia, cujo conteúdo é parte do que estará em foco dias 14 e 15, em Brasília, no Seminário “A Dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social”, que será promovido pela AMB, Fórum Brasil Orçamento e Unifem. No segundo arquivo, segue a íntegra da matéria sobre a entrega do anteprojeto das Jornadas na Comissão Tripartite.

Senador impede participação da sociedade no processo LDO 2006

Em nota pública, o Fórum Brasil Orçamento, o Cfemea e o Inesc protestaram (dia 09), contra a atitude do presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB/AM), que decidiu no último dia 07, não ouvir a sociedade civil no processo de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006.

A nota informa que as organizações participaram de reunião, no mês de abril, com o deputado Gilmar Machado, relator da LDO/2006 para discutir a possibilidade de realização de uma audiência pública com representantes da sociedade civil, que ficou prevista para o próximo dia 14.

Porém, na reunião da CMO do dia 7, o requerimento para a realização da audiência não foi sequer apreciado pelo plenário da Comissão, por conta da oposição do presidente da Comissão, que alegou não haver necessidade de ouvir a sociedade civil, já que os próprios parlamentares seriam seus representantes no Congresso Nacional.

Frente a essa atitude conservadora e antidemocrática, O FBO, o Cfemea e o Inesc solicitam a manifestação de todas/os, através de mensagens de protesto para o senador Gilberto Mestrinho, e-mail cmo@camara.gov.br, com cópia para protocoloinesc@inesc.org.br. Sugere-se para título das mensagens: *Gilberto Mestrinho desconsidera sociedade civil*.

Enfrentando a violência

O Cfemea lançou dia 9 uma campanha de rádio para discussão da violência doméstica e familiar contra as mulheres, em referência à comemoração dos 11 anos da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres).

Com esta ação, o Cfemea pretende ampliar o debate sobre a violência contra as mulheres como um problema de toda a sociedade. Além da distribuição de CDs para radialistas de todo o País, os spots da campanha também estão disponíveis na página www.cfemea.org.br.

Atualmente tramita na Câmara, sob relatoria da deputada Jandira Feghali, o Projeto de Lei 4.559/2004 que, originado do movimento de mulheres, foi apresentado, com modificações, pela Secretaria de Mulheres ao Congresso Nacional. A fim de ampliar a discussão sobre o tema, a relatoria do Projeto propôs audiências públicas nos Estados, iniciadas neste mês de junho.

O movimento feminista aguarda a confirmação de mais audiências, a fim de que sejam considerados todos os contextos de violência que atingem as mulheres, bem como as principais críticas apresentadas pelo movimento ao Projeto de Lei.